

Lira manobra para votar criminalização das pesquisas

Arthur Lira manobra para criminalizar pesquisas, mas enfrenta resistência

Aliado de Bolsonaro, presidente da Câmara tenta aprovar texto a toque de caixa, mas, sem apoio, adia discussão; Pacheco critica proposta

Danielle Brant e Ranier Bragon

BRASÍLIA Líderes da base do governo resistiram nesta terça-feira (11) a uma tentativa do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de votar a toque de caixa um projeto que busca criminalizar a divulgação de pesquisas eleitorais no país.

Com isso, a discussão ficou para a próxima semana, mas há uma ala de parlamentares que defende que o tema não seja tratado antes do segundo turno das eleições, marcado para o dia 30 de outubro.

Lira tem comandando uma articulação bolsonarista para aprovar a criminalização de pesquisas eleitorais, movimento que tomou corpo após diferenças entre os resultados do primeiro turno com levantamentos de intenção de voto até a véspera da disputa.

A ofensiva tenta desacreditar os institutos com argumentos que ignoram características de pesquisas eleitorais.

A tese defendida pelo grupo liderado por Lira é que institutos devem acertar o resultado das eleições, desconsiderando que pesquisas memem declaração ou intenção do eleitor no dia da sondagem, não o efetivo voto dado no pleito.

A atual mobilização encerra um antigo desejo de parte dos congressistas de censurar pesquisas eleitorais.

Um projeto elaborado pelo líder do governo Jair Bolsonaro (PL) na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR), tem como espinha dorsal a criminalização (com pena de prisão de até 10 anos) de institutos que publicarem pesquisas "erradas" nos 15 dias que antecedem a votação.

O texto não diz o que seria considerado erro nem o que acontece no caso de flutuações eleitorais nas duas últimas semanas da eleição.

A proposta de Barros diz considerar "erro grosseco que sete empresas já estabelecidas no mercado tiveram pesquisas indicando a possibilidade de vitória de Lula no primeiro turno". Ocorre que de fato houve essa chance — apenas 1,57 ponto percentual dos votos válidos separou o petista do triunfo no último dia 2.

Em entrevista à Folha, Barros disse que institutos têm o dever de acertar ou devem se retirar do mercado. Ele também não soube explicar qual critério usou para estabelecer o tamanho da pena no projeto.

Desde a abertura das urnas, Lira manifestou contrariedade com as pesquisas eleitorais e manobrou para acelerar a votação. Ele é um dos principais aliados de Bolsonaro, que aparece atrás de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas pesquisas do segundo turno divulgadas até agora por Datafolha, Ipec e Quaest.

Nesta semana, o presidente da Câmara anexou a proposta de criminalização das pesquisas a um texto que já havia sido incorporado a um terceiro projeto que está pronto para votação em plenário.

Dessa forma, não seria necessária a análise em comissões ou a aprovação de tramitação em caráter de urgência.

Em reunião com líderes da base governista nesta terça, porém, não houve consenso para que a votação ocorresse. Com isso, o tema nem começou a ser discutido no plenário. Devido ao feriado desta quarta (12), a Câmara só deve ter sessões de votação no



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) Sergio Lima - 13.jul.22/APP

“Não faremos nada no Congresso Nacional, como nunca fizemos, na calada da noite ou com manobras. Sempre discutindo as matérias. E as teses são de dar uma regulamentação à metodologia das pesquisas para dar uma uniformização de números”

Arthur Lira (PP-AL) presidente da Câmara

“O texto que eu vi desse projeto, com todo respeito, é um texto, especialmente na parte penal, absolutamente inadequado, porque pune muito severamente o erro. Eventual erro de uma pesquisa numa quinta, cujo resultado não seja idêntico [depois], poder ser punido com quatro a dez anos de prisão — pena superior a peculato, a corrupção”

Rodrigo Pacheco (PSD-MG) presidente do Senado

vamente na próxima semana. “Não faremos nada no Congresso Nacional, como nunca fizemos, na calada da noite ou com manobras. Sempre com votos, sempre com maioria devotos, sempre discutindo as matérias. E as teses são de dar uma regulamentação à metodologia das pesquisas para dar uma uniformização de números”, disse Lira nesta terça em entrevista ao UOL.

O deputado afirmou não saber se o texto de Barros será o votado pela Câmara e disse ter dúvidas sobre como poderia ser feita a responsabilização objetiva penal em uma regulamentação de institutos de pesquisa. “A gente não pode estar o tempo todo publicando pesquisas na véspera da eleição e dizer que o povo mudou [de opinião]”, criticou. Lira negou que a intenção da proposta seja criminalizar os institutos, embora tenha defendido banir aqueles cujos resultados divergirem muito da margem de erro. Ele afirmou que o objetivo não é proibir a divulgação de levantamentos, citando como exemplo normas de países como França e Itália.

Alguns parlamentares bolsonaristas coletam na Câmara assinaturas para que seja criada uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) sobre os institutos de pesquisa. Lira voltou a dizer que, se houver objeto determinado e número de assinaturas, ele pretende instalar o colegiado.

Além da resistência na Câmara, a mobilização bolsonarista liderada por Lira deve encontrar obstáculos no Senado.

O presidente da casa legislativa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que a criminalização de pesquisas eleitorais a partir dos resultados é algo “absolutamente inadequado”. Segundo Pacheco, caso o projeto de Barros chegue ao Senado, ele terá que passar pela Comissão de Constituição e Justiça e ser amplamente debatido antes de ir ao plenário, o que não deve acontecer antes do segundo turno.

“O texto que eu vi desse projeto, com todo respeito, é um texto, especialmente na parte penal, absolutamente inadequado, porque pune muito severamente o erro. Eventual erro de uma pesquisa numa quinta, cujo resultado não

seja idêntico [depois], poder ser punido com quatro a dez anos de prisão — pena superior a peculato, a corrupção —, isso não é adequado juridicamente”, afirmou Pacheco.

Diferentemente de Lira, cujo alinhamento ao governo é quase absoluto, Pacheco tem adotado uma linha de independência em relação ao Planalto. Em vários casos, ele tem se colocado em posição oposta a pontos defendidos por Bolsonaro e por Lira.

Pacheco também lembrou que as pesquisas de intenção de voto são importantes para o período eleitoral e reiterou que foi acordado entre os líderes da Casa que qualquer CPI só deve ser instaurada após as eleições.

O líder do governo no Senado, Carlos Jorginho (PL-RJ), também adotou tom de cautela ao tratar do tema. Segundo ele, que é autor de um requerimento para realizar uma audiência pública sobre os institutos de pesquisa, qualquer movimentação deve acontecer apenas após o período eleitoral — inclusive a possível instauração de uma CPI.

Institutos querem acesso a pedido de inquérito do governo

SÃO PAULO A Abep (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas) solicitou acesso ao pedido de inquérito feito pelo Ministério da Justiça relacionado às pesquisas eleitorais.

A associação que representa as empresas do setor tomou a medida após a pasta do governo Bolsonaro encaminhar à Polícia Federal pedido de abertura de inquérito sobre a atuação dos institutos de pesquisas eleitorais no pleito deste ano.

O objetivo da solicitação de acesso, segundo a Abep, é acompanhar as diligências e colaborar com o esclarecimento de qualquer questão acerca das atividades de seus membros e associados.

“O documento [requerimento de acesso] destaca que a Abep tem o legítimo interesse em acompanhar as investigações e sustentar o descabimento de eventuais medidas cautelares”, diz a associação.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4